



**16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**  
**Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”**  
**Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019**

---

**Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.**  
**Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.**

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA: DESAFIOS A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL**

**Josiane Mendes de Queiroz<sup>1</sup>**  
**Daniela Ribeiro Castilho<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este estudo tem por objetivo compreender o trabalho profissional dos/as assistentes sociais à luz do projeto ético-político do Serviço Social na Política de Assistência Estudantil da UFPA, no contexto do capitalismo monopolista. Optou-se pela pesquisa qualitativa, sendo aplicado o questionário semiestruturado a partir do método histórico-dialético. Os dados mostram uma universidade operacional, com profissionais em meio a desafios para efetivação do projeto ético-político profissional.  
**Palavras-chave:** Serviço Social, Assistência Estudantil, Projeto Ético-político.

**Abstract:** This study aims to understand the professional work of social workers in the light of the ethical-political project of Social Service in the Student Assistance Policy of UFPA, in the context of monopoly capitalism. Qualitative research was chosen, and the semistructured questionnaire was applied based on the historical-dialectical method. The data show an operational university, with professionals in the midst of challenges to the effectiveness of the professional ethical-political project.  
**Keywords:** Social Service, Student Assistance, Ethical-Political Project.

## **I. INTRODUÇÃO**

Analisar o trabalho do/a assistente social da maior Universidade da região norte do país, é desafiador devido as particularidades de como a execução da Assistência Estudantil se configura na UFPA trazendo consigo a lógica que transforma as universidades em laboratório dos interesses do grande capital, transformando suas gestões e *modus operandis* à perspectiva mercantilista e bancária. Sendo assim o presente estudo tem por objetivo geral compreender o trabalho do/a assistente social, à luz do projeto ético-político do Serviço Social na Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pará na lógica do capitalismo monopolista.

A pesquisa de campo foi realizada com assistentes sociais que trabalham na Superintendência de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará do Campus Belém. Optou-se pela pesquisa qualitativa, tendo como método de análise o histórico-dialético, que, possibilita as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade,

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: <josiane2017@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Professor da área de Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: <josiane2017@hotmail.com>.

já que indica e demonstra que os fatos sociais não podem ser apreendidos quando analisados separadamente, distanciados e afastados de suas influências políticas, econômicas, sociais, culturais, etc.

E para desenvolvermos a pesquisa foi utilizado como instrumento de pesquisa o questionário semiestruturado que serviu para coletar as informações da realidade e que serão basilares na construção deste estudo. Ademais informamos que 05 (cinco) profissionais do Serviço Social se disponibilizaram a participar da pesquisa, estas do Campus de Belém, totalizando assim 50% do quadro de funcionários/as de Serviço Social da SAEST/UFPA, é válido ressaltar que o método de análise é por amostragem.

Em relação ao instrumental, foi elaborado o questionário para os sujeitos da pesquisa, no qual se subdividiu em três partes: primeiro o perfil de profissional, que trabalha na instituição; posteriormente foram elaboradas perguntas para apreender como é o processo de trabalho do Serviço Social. As respostas e os sujeitos das pesquisas mostraram-nos uma realidade, que se estabelece dentro um sistema antagônico balizando as relações sociais e as condições de trabalho dentro do espaço socioocupacional. Neste sentido, a concretude das relações sociais, nos faz vislumbrar uma essência transitória da totalidade (NETTO, 2011).

## **II. O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Iniciaremos montando o perfil das assistentes sociais e cumprindo com as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas serão utilizados números para não exposição dos sujeitos da pesquisa que trabalham na SAEST/UFPA. Neste sentido, utilizando os dados das questões 01, 02 e 03 do questionário das profissionais que fazem referência a sexo, idade e tempo de trabalho, respectivamente. Pode-se afirmar que 100% dos sujeitos da pesquisa são mulheres; 90% dos sujeitos pesquisados tem mais de 40 anos; 10% está na faixa etária de 31 a 40 anos; e por fim 60% das profissionais tem entre 2 a 10 anos de trabalho na Universidade Federal do Pará e 40% trabalham há 9 - 10 anos na instituição.

De acordo com os dados: 90% das assistentes são técnicas administrativas da UFPA/SAEST (efetivas), tendo os 10% de profissionais colaboradores da FADESP/SAEST; em relação à titulação tem-se 02 assistentes sociais com titulação de graduação, 02 assistentes sociais com titulação de especialista e 01 assistente social com mestrado. A maioria trabalha 40 horas semanais, não tendo garantida suas 30 horas, conforme lei. E por fim as profissionais que estão trabalhando até 02 anos na UFPA têm entre 35 a 43 anos e as que trabalham entre 09 a 10 anos tem mais de 40 anos. Salientamos que é importante que

o/a profissional sempre esteja se capacitando para assim continuar aprimorando seu trabalho, diante das demandas que são diversificadas, sendo que, estas vozes representam um conhecimento advindo da experiência profissional do *locus* onde atuam.

Continuando a análise dos dados, foram listadas as questões relacionadas à temática que relaciona Serviço Social, Instituição e processo de trabalho. Sendo assim: Q. 4: A Instituição dá suporte para a realização do trabalho com qualidade? Se marcar sim ou não, justificar. A maioria respondeu positivamente, exemplo da assistente social IV,

Sim. Contudo precisa de investimento na infraestrutura do espaço físico para melhor atender o discente e capacitação para a equipe (Assistente Social IV).

Outra resposta chamou atenção, que foi da Assistente social V, a qual fala:

Em partes, nas condições de estrutura física, diria que a qual trabalhamos são precárias e isso interfere na qualidade do nosso trabalho. Por outro lado, foram admitidos novos servidores e contamos com novas ferramentas de trabalho como computadores, impressoras, apoio logístico, quanto ao transporte para realizar o trabalho externo e informatização do sistema de dados. (Assistente Social V).

As respostas embora diferentes apresentam algo em comum: mostram que a UFPA/SAEST não oferece espaço adequado para o trabalho seja com relação a recursos humanos e/ou materiais, e isto demonstra o processo de intensificação e precarização das condições trabalho, principalmente, voltado ao bem público que cada vez mais vem sendo afetado pela falta de investimentos causando sobrecarga para os/as trabalhadores/as lotados/as no espaço socioocupacional.

É entender ainda que, o trabalho de qualidade não é só, mas também, é consequência do suporte dado pela UFPA/SAEST, que somado às competências e atribuições do/a próprio/a assistente social em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa não se encontram capazes, desta forma de responder com atendimentos de qualidade às demandas que chegam à assistência estudantil. Infere-se que no nível da consciência e da identidade profissional, há certo amoldamento e apassivamento frente aos desafios colocados para a profissão tendendo a respostas voluntaristas, pragmáticas, voluntaristas e possibilistas reflexo do contexto barbaramente regressivo em que nos encontramos.

Com relação à Q. 5) O que você considera trabalho de qualidade? Os sujeitos da pesquisa responderam de diversas formas, pois cada uma tem uma concepção diferenciada do que seja trabalho de qualidade. Para exemplificarmos trazemos aqui a fala da assistente social IV que indica,

Capacitação, investimento, incentivo profissional, ambiente saudável, bom clima organizacional, trabalho em equipe (Assistente Social IV).

Já para a assistente social III trabalho de qualidade significa,

Trabalho de qualidade é aquele em que o profissional tem garantido o respeito, a ética e a liberdade (Assistente Social III).

Neste sentido, considerando o solo histórico em que o exercício profissional se realiza, podemos aferir que valores respeito, ética e liberdade têm significados diferenciados inclusos no Código de Ética Profissional e que não coadunam com os significados propagandeados pelo sistema capitalista.

A liberdade assume valor ético central que por ser pensada e construída por um coletivo. Desta forma, Paiva e Sales (2011, p. 182) afirmam que “plena liberdade de realização de cada um requer a plena realização de todos”. Logo, esta visão é condição para que sejam alcançados outros valores, que podem potencializar os sujeitos sociais para sua própria emancipação.

Sendo assim, a liberdade defendida aqui tem por base o que Barroco e Terra (2012), afirmam, pois o valor da liberdade apropria-se de uma concepção de totalidade que aglomerando os valores como democracia como ato político, e a emancipação como condição indispensável para a construção de uma nova sociedade, torna-se uma categoria que deve ser trabalhada na “práxis” para que através do exercício profissional se amplie as possibilidades e alternativas para a concretização de ações que tenham como horizonte teleológico a construção de uma nova sociabilidade em que não existam explorados/as nem exploradores/as.

Logo, ter a liberdade como norteador ético é se recusar enquanto profissional a reproduzir os valores que são ditados pelo capital (PAIVA; SALES, 2011), isto é, fazer da sua intervenção um meio para colocar em prática o que o Código de Ética explicita, sobre um exercício profissional “sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BARROCO e TERRA, 2012, p. 24).

Sendo assim, falamos do respeito entre estudante e profissional, onde este respeito deve ser entendido dentro de uma dimensão ampla, haja vista que o/a estudante é um sujeito social que traz consigo a diversidade do grupo social que é pertencente, bem como o/a assistente social.

Por isso, ter o respeito à diversidade como uma das centralidades da prática profissional é essencial para que se possa oportunizar a participação dos sujeitos na sociedade, bem como, falar sobre direitos: a educação, a igualdade e a oportunidade. Desta forma expandir ações de resistência é primordial para enfrentar o sistema capitalista que através das

instituições cerceiam direitos, neste sentido se torna um desafio falar e trabalhar na perspectiva da garantia de direitos em tempos do capital selvagem (GOIS et al, 2016).

Já a ética profissional é tida como caminho a ser seguido para uma intervenção qualificada, pois a ética profissional não poder ser pensada somente como uma parte de uma reflexão crítica, mas deve ser concebida e sistematizada como meio integrante da práxis cotidiana cujo o objetivo seja a transformação da sociedade em que se vive (IAMAMOTO, 2004). Neste sentido Cirilo (2010) ressalta que

A ética [...] aponta uma direção social e política, visto que não há valores éticos de neutralidade, não comporta omissões, tem posicionamento de valor, uma direção social bem definida em prol da liberdade do ser social e da equidade social. Portanto, cabe ao profissional ter posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social para que possa ter clareza de qual a direção social da sua prática, o que implica em assumir valores éticos-morais que sustentam o seu fazer profissional (CIRILO, 2010, p.4).

É importante deixar registrado que tais conceitos supracitados acima sobre liberdade, respeito e ética representam um esforço coletivo construído ao longo da profissão, gestados na contramão do sistema capitalista, tornando-se um desafio trabalhar com tais valores diante de um cenário cada vez mais excludente.

Sendo assim, ao nos referendarmos ao trabalho de trabalho de qualidade, compreendemos que este trabalho seja um misto das obrigações da própria UFPA/SAEST em oferecer meios de trabalho dignos, das relações de cordialidade entre os/as profissionais e, que, principalmente, tenham a nitidez para quem se trabalha, isto é, para o/a estudante assistido/a, logo se salienta que trabalho de qualidade é quando se respeita o/a estudante e que através dos mecanismos de trabalho dê às condições necessárias para viabilizar seus direitos.

É, também, compreender que trabalho de qualidade não se restringe a estes três elementos, mas, sobretudo, sua realização se dá por meio da competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Competência aqui não como sinônimo de competência, institucionalmente, permitida e autorizada pelas instituições burocráticas, mas como nos indica lamamoto (2009) que o exercício profissional é reflexo tanto do conhecimento individual e coletivo na proposição de estratégias, como também, é reflexo das condições de trabalho que mediam a dinâmica de trabalho dentro desta sociedade capitalista. Compreende-se que o/a profissional assalariado/a esteja inserido/a na lógica de exploração e dominação, mas também, a partir de suas interações com o coletivo, produzindo respostas como classe trabalhadora nesta interação antagônica.

Logo, se tem dois projetos societários que a partir do posicionamento político e ideológico do/a profissional opta por defender o projeto societal que a profissão construiu ao longo da história, e que as intervenções adotadas dentro do espaço socioocupacional

contribuem para o avanço ou não da própria profissão. Assim, a referida autora afirma que no cotidiano da profissão exige-se “[...] um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações atribuições profissionais” (IAMAMOTO, 2009, p. 12).

A próxima pergunta indica a necessidade de entender melhor o processo de trabalho. Nesse sentido, foi perguntado na Q. 6: Há distribuições de equipes para cada programa? Se sim, quais programas você fica responsável? Se não, como é feita a organização para a realização do seu trabalho?.Observemos as respostas abaixo:

Sim, fico responsável pela Casa de Estudantes Universitários - CEUS e análises dos processos dos Programas como o Permanência, Moradia, etc. (Assistente Social I);

Sim, sou responsável pelo Programa estudante saudável - PES e Programa de Apoio Pedagógico- PROAP (Assistente Social II);

Sim, minha responsabilidade é atuar como técnica social nas coordenações. Hoje tenho compromisso de orientar, analisar e incluir alunos nos Programas Emergencial, Taxa Zero e Programa Bolsa Permanência Acadêmica - PROBOLSA” (Assistente Social III).

Em cada programa um responsável. Eu atualmente atuo em dois: Permanência e Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISSAES (Assistente Social IV).

Sim, embora todas as assistentes sociais tenham conhecimento de todos os programas, realizo avaliação dos processos encaminhados via sistema em geral 7 a 8 por dia (Assistente Social V).

Esta distribuição ocorre devido a assistência estudantil ser a única responsável por todas as avaliações concernentes a este assunto, isto é, a UFPA/SAEST é responsável pela concessão de benefícios e/ou auxílios de todos os Campi da UFPA e, isso, em números revela um grande contingente de pessoas que devem ser atendidos/as, demonstrando que o quantitativo de profissionais para fazer as análises de cada pedido de auxílio é, absolutamente, insuficiente.

Esta realidade nos evidencia que as trabalhadoras assistentes sociais da UFPA estão imersas em um cotidiano absolutamente degradante e adoecedor da força de trabalho, sendo, portanto, “incapazes” de dar conta das inúmeras e diversas demandas relativas ao seu cotidiano profissional. Há uma nítida sobrecarga de trabalhos com 02 a 03 programas para cada assistente social que muitas vezes as impossibilita de fazer uma análise crítica da realidade em que estão inseridas.

As novas reconfigurações do mercado de incertezas materializadas nos contratos precarizados por meio de processos seletivos, da sobrecarga de trabalho, da flexibilização das cargas horárias, da propagação da ideia de trabalhador/a polivalente, caracteriza e monta

um ambiente de trabalho competitivo, desgastante, que fragiliza a sociabilidade entre aqueles/as que exercem suas funções no local onde se trabalha.

Tais fatos potencializam o processo de precarização das relações de trabalho entre os/as profissionais e do/a próprio/a profissional como auto-referência. Deste modo tem-se segundo ALVES (2010, p.3) “uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, a crise de sociabilidade e a crise de auto-referência pessoal”. Sendo assim, o processo de precarização do trabalho é uma das consequências da crise estrutural perfilhada pela mundialização do capital que se reinventa a cada “crise” trazendo consigo: novas formas de exploração da força de trabalho assalariado que produz ainda mais riqueza, bem como, afeta a formação crítica dos indivíduos, que não veem sua atividade laboral como parte de um todo, mas antes a visualiza de forma fragmentada, reproduzindo uma teia social dependente do capital especulativo parasitário (ALVES, 2010). Em vista disso Alves (2010) disserta que

Não podemos conceber o sujeito sem a teia de relações sociais nas quais ele está inserido. Como salientamos acima, a “captura” da subjetividade é a “captura” da intersubjetividade, das relações sociais constitutivas do ser genérico do homem. O que explica, portanto, o movimento levado a cabo pelo capital, de dissolução de coletivos e reconstituição de novos coletivos/equipes colaborativos com as ideias da empresa (ALVES, 2010, p.17).

O autor fala dessas relações de trabalho que des(re)construídas dentro do capital global, onde o coletivo assume outra dimensão voltado à lógica rentista, que “captura” a “subjetividade do homem que trabalha, com a constituição das equipes, a adoção da remuneração flexível e a perseguição de metas de trabalho” (ALVES, 2010, p.12). O autor utiliza a expressão “gestão toyotista” para caracterizar esta forma de organização de trabalho que torna o/a trabalhador/a que vende sua força de trabalho dependente da instituição que o emprega, fazendo com que este não se veja enquanto classe trabalhadora.

Ao dissertar sobre Serviço Social na Assistência Estudantil e de sua atuação que se direcionava, basicamente, na centralidade socioeconômica foram selecionadas as seguintes questões do instrumental para este bloco, descritas ao longo do texto.

Primeiramente, iniciemos com o referido questionamento: Q. 7). Quais atividades você realiza no seu processo de trabalho? E quais, especificamente, são realizadas com os/as estudantes. As respostas foram:

- Acolhimento
- Atendimento individual e familiar
- Entrevistas
- Visitas domiciliares
- Análise socioeconômica via sistema
- Encaminhamentos

- Orientações

Os instrumentais utilizados pelas assistentes sociais dão subsídios para que as profissionais façam suas intervenções que irá interferir diretamente na vida do/a estudante que será ou não assistido/a, tais instrumentais, darão subsídios que junto aos critérios elencados por cada programa se faça uma seleção daqueles que mais necessitam e este cenário sobrecarrega ainda mais o/a profissional. Notoriamente, isto se caracteriza como uma análise complexa “que em face do caráter seletivo da Assistência Estudantil dadas as condições de vulnerabilidade social em que vivem os/as discentes, tornam-se assim, o maior desafio para os/as assistentes sociais” (CAVAIGNAIC e COSTA, 2017, p.425).

Desta forma, na intencionalidade de saber quais as ações/projetos para além das citadas, anteriormente, as assistentes sociais se envolviam, foi feito o seguinte questionamento. Q.8) Há um acompanhamento do rendimento acadêmico e das condições de permanência aos estudantes que necessitam deste serviço? Sim ou não; Q.9). Caso afirmativo, qualifique o atendimento/acompanhamento. Todas afirmaram que o acompanhamento do rendimento acadêmico e das condições de permanência são feitos de acordo com a referida alegação

Esse atendimento é realizado pela equipe pedagógica (rendimento acadêmico) e o Serviço Social analisa a situação socioeconômica do discente e família (Assistente Social I).

Haja vista que diante da realidade vivenciada os próprios sujeitos da pesquisa descrevem que não são responsáveis pelo acompanhamento pedagógico e/ou de permanência dos estudantes dentro da UFPA/SAEST corroborando para a inferência de que o trabalho realizado pelas assistentes sociais se correlacionam a de avaliadoras sociais. É possível ainda inferir que as assistentes sociais entendem o processo de rendimento acadêmico apartado do contexto sociohistórico dos sujeitos envolvidos, como se o processo de ensino-aprendizagem não sofresse as mediações da realidade vivenciada pelos/as estudantes, sendo o real, síntese de múltiplas determinações, nenhuma dimensão deve sofrer algum tipo de hierarquização.

Neste contexto é, proeminente, pensarmos como expressa Iamamoto (2009) sobre forças sociais que recai na profissão, isto, é a correlações de forças advindas do capital como do campo social que requer seus direitos. E o fazer profissional se estabelece dentro desta dinâmica de requisições sociais, haja vista que neste *lócus*, que é o cotidiano reificado tem-se a potencialidade de criar condições concretas de atuação concatenadas ao projeto ético-político profissional.

Em respeito a isso, Matos (2015, p.682) explicita que “uma profissão se legitima a partir das respostas que consegue emitir para os estudantes dos seus serviços e para seus (suas) contratantes. E estas respostas podem ser maiores ou menores, dependendo do coletivo profissional”. E quando retomamos essas informações para o Serviço Social devemos entender que não é coerente fazer atuações sem o devido esclarecimento das intencionalidades que estão submersas do que a instituição quer e os quais os impactos disso para a população usuária. Por isso, é essencial o entendimento das atribuições e competências da profissão para que se tenha “chão” dos meandros das próprias intervenções profissionais. Desta forma Iamamoto (2009, p.11) ressalta que “o projeto profissional beneficia-se tanto da socialização da política conquistada pelas classes trabalhadoras quanto dos avanços de ordem teórico-metodológica, ética e política”.

Apreender as reais possibilidades de atuação, em um contexto de regressão de direitos e cortes orçamentários, permite desvelar caminhos que possam ir além daqueles determinados pelas demandas institucionais. Caminhos e opções políticas que são, absolutamente, necessárias para uma intervenção profissional qualificada, propositiva e que atenda aos reais anseios da população usuária.

É preciso considerar as consequências que são geradas pelas ações perfilhadas profissionalmente, isto é, refletir sobre o próprio fazer profissional que ocorre diariamente, pois é basilar que haja a compreensão das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas e como estas se materializam no cotidiano da/o assistente social, inserido aí o contexto de mercantilização, privatização e focalização das políticas sociais, além do processo de intensificação da precarização das condições de trabalho.

Este cenário adverso impõe aos assistentes sociais tensionamentos pelo rebaixamento do trabalho profissional como exigências institucionais que levam a endurecer critérios de elegibilidade, criando maiores condicionalidades para o acesso ao benefício e que vão colocar desafios e limites ao Serviço Social no que se refere ao acesso e ampliação dos direitos da assistência estudantil. Situar tais desafios num contexto de totalidade histórica, é sobretudo, garantir que não recaiamos no “canto da sereia” do pragmatismo, voluntarismo, possibilismo e messianismo, dialogando, como ação estratégica, com os/as usuários/as beneficiados ou não com a permanência na universidade pública e gratuita.

### **III. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O percurso trilhado até aqui mostrou-nos que a assistência estudantil é um programa essencial e determinante, na maioria das vezes, para assegurar a permanência e a finalização dos cursos por parte dos sujeitos que são beneficiados por esta política, na medida em que,

possibilita com que uma parte importante da classe trabalhadora possa adentrar no espaço universitário e lá permanecer.

Nesse sentido, o papel do/a assistente social caracteriza-se como essencial para o acesso a este benefício, considerando sua dimensão socioeducativa e política, exercendo um importante papel no processo de ruptura com práticas alienantes advindas da estrutura social capitalista. A intervenção do/a assistente social, em uma perspectiva intersetorial pode possibilitar, por meio de ações críticas, a garantia de direitos, reforçando uma prática que agregue por um lado à execução e efetivação de serviços socioassistenciais e, por outro lado, que intervenha de forma a viabilizar o acesso e a permanência dos sujeitos na educação superior, por meio de uma ação que permita uma apreensão crítica dos direitos sociais e do exercício da cidadania.

O Serviço Social na educação pressupõe um entendimento da educação enquanto política social que requer uma atuação estruturada e combinada dos diversos sujeitos sociais, sendo que estes devem expressar um conjunto de pensamentos e ações que estejam bem azeitadas no que se refere a uma perspectiva de ação educativa mais emancipadora.

Assim, é possível compreender que o percurso todo deste trabalho, reflete a tentativa de problematizar esta política na sociedade burguesa contemporânea a fim de apreender a atuação profissional, à luz do projeto ético-político do Serviço Social na Política de Assistência Estudantil na lógica do capitalismo monopolista. Tal estudo foi permeado por grandes desafios e para que pudéssemos chegar minimamente a uma compreensão da realidade totalizante, tivemos o auxílio de autores/as que fazem debates acerca do assunto, na qual a educação superior está inserida sendo essencial para que fosse traçado os caminhos exequíveis para trazer à tona as particularidades e complexidades do exercício profissional na política de assistência estudantil da Universidade Federal do Pará.

Considerando as informações contidas no instrumental passado às assistentes sociais que trabalham na assistência estudantil, realizaram-se até o presente momento, algumas aproximações sucessivas do exercício profissional das assistentes sociais. Deste modo, a Superintendência da Assistência Estudantil se expressa com *lócus* específico dentro de um espaço público que reproduz a lógica predominante do capital, como afirma Marilena Chauí (2001) onde autonomia, avaliação e flexibilização assumem conotações diferentes que privilegiem o novo formato de instituição que esteja moldado ao que o capital almeja, mas que também, é um espaço preñado de possibilidades de rupturas desta mesma lógica.

Sendo assim, o processo de trabalho do assistente social na UFPA/SAEST não está desconectado das outras ações que estão inseridas nesta lógica, por isso, quando elencamos através das informações prestadas pelas assistentes sociais da pesquisa sobre as condições de trabalho, percebeu-se que não há recursos humanos e recursos materiais suficientes

sobrecarregando àquelas que exercem suas atividades neste espaço. Logo a ação profissional reflete o projeto profissional, que é também político, definido pela inserção sociotécnica do Serviço Social entre os mais diferentes e antagônicos interesses de classes, e, portanto, revela uma dada direção social que se materializa por meio das ações dos/as profissionais.

E é neste cenário pleno de contradições e de disputa entre as classes sociais que atuaremos, o que requer, em última instância, uma escolha por um projeto societário que vislumbre a ruptura ou não com a ordem social vigente. Isso se materializa nos atendimentos que fazemos, na triagem que realizamos, nas salas de espera que atuamos, ou seja, das ações mais elementares às mais elaboradas está presente a direção social determinada por uma valoração ética que dá vida às nossas escolhas.

Portanto, não dá para de forma superficial, por meio de uma análise restrita à aparência do fenômeno, ou como nos chama a atenção, Kosik (1976), no reino da pseudoconcreticidade, culpabilizar ou enaltecer, sem as devidas mediações, as assistentes sociais que estão realizando seu trabalho na Assistência Estudantil. Às demandas que chegam ao Serviço Social, na maioria das vezes, são embaladas, por um caráter mistificador, que quase sempre na imediatividade da intervenção profissional, acabam por encobrir suas reais determinações, colocando ao/a profissional a necessidade de serem entendidas do ponto de vista das dimensões teórico-metodológicas; ético-políticas e técnico-operativas, e nesse sentido, é preciso apreender o real como expressão síntese de múltiplas determinações inscritas nesta sociabilidade reificada (BARATA & BRAZ, 1999).

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho, Subjetividade e Capitalismo Manipulatório**: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. 2010. Disponível em: <[http://www.giovannialves.org/artigo\\_giovanni%20alves\\_2010.pdf](http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf)>. Acesso em: 29 de maio de 2018.

BARATA, J; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CAPACITAÇÃO em Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

BARROCO, M. L.; TERRA, S. H. **O código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

CAVAIGNAC, M.D.; COSTA, R.M.P. Serviço Social, Assistência Estudantil e “Contrarreforma” do Estado. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n.34, 2017.

CIRILO, J. F. **Ética Profissional**: desafios e possibilidades para a materialização da práxis no Serviço Social no cotidiano da Previdência Social. 2010. Disponível em: <[http://www.cresspr.org.br/wpcontent/uploads/2010/06/A\\_ETICA\\_PROFISSIONAL\\_DESAFIOS\\_POSSIBIL.pdf](http://www.cresspr.org.br/wpcontent/uploads/2010/06/A_ETICA_PROFISSIONAL_DESAFIOS_POSSIBIL.pdf)>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

CHAUI, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: UNESP, 2001

GÓIS, G. B.; SILVA, I. P. B.; SANTOS, M. J. **O respeito à diversidade na centralidade da formação profissional do assistente social**. Editora Socializando, vol. 2. 2016.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na cena contemporânea. In: SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4 ed. 1976.

MATOS, M. C. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.124, p.678-698, 2015.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAIVA, B. A.; SALES, M. A. A Nova Ética Profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, D. A.; et.al. **Serviço Social e Ética**: um convite à nova práxis. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.